CNPJ 46.634.143/0001-56

Praça da Matriz, 151 Fone (14) 3883-9300 / Fax (14) 3883-9301 CEP 18590-000 - BOFETE - Estado de São Paulo www.bofete.sp.gov.br

Lei Complementar n°.42. De 16 de abril de 2009.

Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

Claudécio José Ebúrneo, Prefeito Municipal de Bofete, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º- Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Executivo poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta lei:

Artigo 2º- Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I- assistência a situações de calamidade pública;
- II- combate a surtos endêmicos;
- III- admissão de professor substituto e professor visitante:
- IV- admissão de médico:
- V- realização de recenseamentos;
- VI- execução de serviços essenciais e de interesse público
- VII- saída voluntária, dispensa ou afastamentos transitórios de servidores, cuja ausência possa prejudicar o bom andamento do serviço público;
- VIII- execução de serviços absolutamente transitórios e de necessidades esporádicas

Artigo 3º- O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do jornal de circulação local, no SITE OFICIAL DO MUNICIPIO e outros meios de comunicação, prescindindo de concurso público.

§ 1º- A contratação para atender as necessidades de calamidade pública, implantação de serviços urgentes e inadiáveis; saída voluntária, dispensa ou afastamentos transitórios de servidores, cuja ausência possa prejudicar o bom andamento do serviço público; execução de serviços absolutamente transitórios e de necessidades esporádicas, e execução direta de obra determinada prescindirá de processo seletivo.

CNPJ 46.634.143/0001-56

Praça da Matriz, 151 Fone (14) 3883-9300 / Fax (14) 3883-9301 CEP 18590-000 - BOFETE - Estado de São Paulo www.bofete.sp.gov.br

§ 2º- A contratação de pessoal, nos casos dos incisos III e IV, poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do "curriculum vitae"

Artigo 4°- As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

I-06(seis) meses, no caso do inciso I, do art. 2°,

II-12 (doze) meses, no caso do inciso II, do art. 2°,

III-06 (seis) meses, no caso do inciso III, do art. 2°,

IV-06 (seis) meses, no caso do inciso IV, do art. 2°,

V- 06 (seis) meses, no caso do inciso V, do art. 2°

VI-06 (seis) meses, no caso do inciso VI, do art. 2°,

VII-03 (três) meses, no caso do inciso VII, do art. 2°,

VIII-12 (doze) meses, no caso do inciso VIII, do art. 2°.

Artigo 5º- As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica, oriundas da celebração de convênios ou não e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

Artigo 6°- É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores pertencentes ao Quadro Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto a devolução dos valores pagos ao contratado.

Artigo 7º- Os contratados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Artigo 8°- Os contratados nos termos desta lei, em caráter temporário, vinculam-se, obrigatoriamente, ao regime geral de previdência social.

Artigo 9º- A remuneração do pessoal contratado nos termos desta lei, será fixada por Decreto, em importância não superior ao valor da remuneração

CNPJ 46.634.143/0001-56

Praça da Matriz, 151 Fone (14) 3883-9300 / Fax (14) 3883-9301 CEP 18590-000 - BOFETE - Estado de São Paulo www.bofete.sp.gov.br

fixada na tabela de vencimentos do serviço público Municipal, para contratados que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, as condições do mercado de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Artigo 10- O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

l-receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato de trabalho;

II-ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança;

III-ser novamente contratado, com fundamento nesta lei, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 2º, mediante justificativa e autorização do Prefeito Municipal;

IV-ser contratado, novamente, em período inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados do último contrato, nos termos desta lei, executando-se a previsão do inciso III.

PARÁGRAFO ÚNICO – A inobservância no disposto neste artigo, importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Artigo 11- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei, serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

Artigo 12- O contrato firmado de acordo com esta lei, extinguir-se-á sem direito a indenizações.

- I- pelo término do prazo contratual;
- II- por iniciativa do contratado;
- III- por interesse público, devidamente justificado.

PARÁGRAFO ÚNICO – A extinção do contrato, por iniciativa das partes, importará no pagamento de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato, exceto demissão por justa causa.

CNPJ 46.634.143/0001-56

Praça da Matriz, 151 Fone (14) 3883-9300 / Fax (14) 3883-9301 CEP 18590-000 - BOFETE - Estado de São Paulo www.bofete.sp.gov.br

Artigo 13- As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotação consignada em orçamento.

Artigo 14- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bofete, Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2009.

### Claudécio José Ebúrneo Prefeito Municipal

Arquivado na forma Impressa e Digital, publicado por afixação em local de costume no Paço Municipal e no SITE OFICIAL do Município de Bofete, conforme legislação em vigor.

Elon Carlos de Camargo Assessor Administrativo